



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n.2 - 19 de março de 2014

O que é a Corrente Proletária na Educação?

A Corrente Proletária na Educação (CPE-Universidade) é um agrupamento de militantes e simpatizantes, impulsionado pelo Partido Operário Revolucionário (POR), que atua nas Instituições Federais e Estaduais de Ensino (Ifes e Iees), com a defesa de um programa proletário para a educação superior. O objetivo fundamental da nossa intervenção é vincular a defesa das reivindicações mais sentidas pelos professores, estudantes e técnico-administrativos com a luta pela destruição do capitalismo em decomposição.

O programa da CPE tem como eixo fundamental a defesa de um único sistema de ensino público, gratuito, científico e vinculado à produção social, sob controle de quem estuda e trabalha e, portanto, a estatização do sistema privado, sem indenização. Trata-se da resposta concreta à atual dualidade do ensino (ensino público e privado) e ao avanço da mercantilização e desnacionalização da educação na última década. Os governos federal e estaduais agem no sentido de deteriorar cada vez mais a educação pública em todos os níveis e estimular o crescimento das escolas e universidades privadas. Sem uma posição clara frente ao ensino privado não há como defender de maneira consequente a educação pública.

Devemos avançar coletivamente na organização, mobilização e luta, defendendo um plano de lutas em defesa das nossas reivindicações contra os ataques dos governos. É preciso defender a unidade na luta da categoria docente

em nível nacional e local com os segmentos estudantil e técnico-administrativo, contra o divisionismo e o corporativismo. É necessário lutar contra o processo de burocratização e estatização dos sindicatos e centrais, conquistando a independência política dos sindicatos frente ao governo de plantão e o Estado. Para tanto, é preciso defender a unidade organizativa dos trabalhadores contra a fragmentação e o divisionismo das burocracias, defendendo um congresso de unificação e constituição de uma única central sindical, democrática, combativa e de luta. Devemos articular essa luta com a defesa do direito irrestrito de greve e da livre expressão, manifestação e organização contra a criminalização dos movimentos sociais.

No plano do ensino superior, é necessário defendermos a universidade pública, a autonomia universitária como expressão do autogoverno, por meio de um governo tripartite de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis. Defendemos também o financiamento público integral das universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha e o fim imediato dos subsídios à educação privada. Por fim, a CPE defende a derrubada da Reforma da Previdência, do Funpresp e da Ebserh por meio do método da ação direta (greves, manifestações, bloqueios, ocupações), sem qualquer ilusão no parlamento, na justiça e nos governos.

19 de Março - Dia Nacional de lutas nas Instituições de ensino Superior

No dia 19 haverá mobilização e luta nos estados e um ato em Brasília em defesa da educação pública em todos os níveis e retomada das pautas de reivindicações da greve de 2012, e da pauta aprovada em 2013 tais como condições de trabalho, reestruturação da carreira docente, valorização salarial entre ativos e aposentados e defesa da autonomia universitária.

Também foi aprovada no 33º Congresso do Andes-SN uma agenda de lutas, calendário de mobilização e rodadas de Assembleias gerais e reunião do setor das Ifes para discutir a retomada da histórica greve suspensa em 2012. A pauta de reivindicações dos docentes das Ifes foi protocolada no Ministério de

Educação, com cópia no MPOG. A audiência foi marcada para o dia 18 de março. Entre os dias de 10 a 18 de março ocorreram as rodadas de assembleias para discutir e aprovar a paralisação do dia 19 e atualização das pautas locais. Entre 24 e 28 de março está previsto na agenda de ação uma nova rodada de assembleias nas seções sindicais para pautar a retomada da greve.

Há um esforço em coordenar a reunião do Fórum das entidades nacionais dos SPF para realizar reunião no dia 27/03. Nos dias 29 e 30 haverá a reunião do setor das Ifes em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

Realizado o 33º Congresso do Andes-SN

Entre os dias 10 e 16 de fevereiro de 2014, foi realizado o 33º Congresso do Andes-SN, com o tema “Andes-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais”. Segundo dados do Andes-SN, participaram 339 delegados e 59 observadores, representantes de 70 seções sindicais, além de 8 convidados e 35 diretores. Seis temas guiaram os debates nos grupos mistos e plenárias: 1) Movimento docente e conjuntura; 2) Centralidade da luta; 3) Políticas sociais – política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores; 4) Questões organizativas e financeiras; 5) Plano de lutas – geral, educacional, direitos e organização dos trabalhadores e 6) Plano de lutas – setores.

Em síntese, aprovaram-se os seguintes planos de luta:

a) para as **Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)** - aprovou-se “combinar a luta específica da categoria com a mobilização conjunta dos demais servidores públicos, chancelando os Eixos da campanha unificada de 2014. O plano específico do setor destaca, na pauta de reivindicação, a luta pela reestruturação da carreira docente, salário e condições de trabalho, e traz uma agenda de luta que faz um grande chamamento para mobilização da categoria, com protocolo da pauta nas instâncias do governo, duas rodadas de assembleias gerais, um dia nacional de paralisação em 19 de março e reunião nacional do setor das Ifes, pautando a retomada da greve dos docentes, suspensa em 2012, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação”;

b) para o setor das **Instituições Estaduais e Municipais**, o plano de lutas “apresentado pela diretoria do Sindicato Nacional foi aprovado com modificações. Entre as

ações deliberadas estão a luta por uma carreira docente que priorize a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial, pela garantia da autonomia acadêmica e administrativas das universidades e contra a privatização do ensino público, com mobilização permanente. Os delegados deliberaram ainda pela realização do Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as Iees/Imes, previsto para 28 de maio deste ano”;

c) para as **Instituições Particulares de Ensino Superior (Ipes)** - foi decidido pelo Congresso “O fortalecimento da inserção da base docente do setor das Ipes no processo de organização sindical e defesa de seus direitos compõe o plano de lutas votado pelos delegados para o setor das Particulares. Para isso, o ANDES-SN dará continuidade às ações políticas, jurídicas e administrativas que garantam a mobilização e a construção de representação sindical dos docentes das Ipes. A plenária ainda debateu e aprovou a luta pela imediata expropriação, sem indenização e sem assumir as dívidas, das universidades Gama Filho e UniverCidade”.

O Congresso contou com a participação de coletivos e organizações políticas como o POR (CPE), Psol, PSTU, OT/PT, PCB, entre outras. A CPE atuou com a defesa do programa proletário e revolucionário para a educação e a universidade, apresentando as suas posições presentes nos textos publicados no Caderno de Anexos (TAs e TRs) do Congresso, nos manifestos e moções. O propósito da CPE era armar o movimento docente nacional, estadual e local de um plano de lutas em defesa da educação e universidades públicas e das reivindicações da nossa categoria.

UFBA/BA: Oposição à direção da APUB organiza o dia 19

O coletivo de oposição à direção da APUB (Associação dos Professores Universitários da Bahia), composto por POR (CPE), PSTU e independentes, além de membros do PCB, se reuniu na sede da Regional Nordeste 3 em Salvador no dia 19/02, logo após o 33º Congresso do Andes-SN para repassar as deliberações, discutir o calendário de mobilização e as eleições do Andes/SN e tirar os encaminhamentos relacionados à agenda de lutas do setor da Ifes.

Desta reunião se encaminhou o ofício à direção da APUB, solicitando a convocação de uma assembleia geral e não obtivemos resposta. No dia 13/03, a oposição se reuniu para planejar o Dia nacional de paralisação nas Ifes (19/03). Definiu-se pela realização de uma plenária para o referido dia às 16h no auditório da Arquitetura com dois pontos de pauta: campanha salarial de 2014 e atualização da pauta local (UFBA). Foram afixadas faixas em pontos estratégicos da UFBA com o chamamento para o dia 19/03 e realização de panfletagem nas unidades.

UFMG/PB: Assembleias aprovam paralisação docente no dia 19 de março

Como parte da campanha dos servidores públicos federais, a ADUFCG convocou reuniões em todos os campi de sua base. Por conta da necessidade de fortalecer a luta contra a Ebserh, estas reuniões foram ampliadas como assembleias unificadas, convocadas também pelo Sintesp e DCE. A baixa mobilização e participação impediu que se concretizassem como assembleias, porém, serviram como reuniões, para coordenar o ato do dia 19, elencar pontos da pauta local e reafirmar a rejeição à Ebserh (decisão do Colegiado Pleno de 29/10/2012, sob intensa mobilização).

No dia 14, houve a assembleia docente em Campina Grande. A paralisação foi aprovada e um ato, na data, foi marcado em frente aos portões principais da UFGP. Pontos da pauta local elaborada na greve de 2012 foram retomados e a urgência em fortalecer a campanha contra a privatização dos HUs fez com que a assembleia ratificasse a necessidade de realizar a Assembleia Geral Universitária de 17/03 e a intervenção no Colegiado Pleno no dia 18/03 para impedir a rediscussão deste ponto. Antes do dia 28/03 haverá outra assembleia docente para tratar da retomada da greve.

A convocatória da Assembleia Geral Universitária por parte da ADUFCG representa um passo importante na defesa da autonomia e democracia universitárias. Que este instrumento de luta seja incorporado como prática ante os grandes problemas da universidade.

Paraná: Desafio do movimento é a sua unidade

O grande desafio para o movimento docente no Paraná é conquistar a sua unidade. Conspiram contra ela a fragmentação oriunda do divisionismo burocrático, a sua limitação corporativista e a subordinação à burocracia universitária, todas estas características distribuídas entre as diversas burocracias sindicais que o representam.

No Paraná há sete universidades estaduais. Na sua maioria ajuntamento de faculdades isoladas, originalmente privadas que foram estadualizadas paulatinamente para ajeitar os interesses das oligarquias regionais com o grande centro do poder que são a burguesia curitibana e a burocracia do estado. Este processo iniciado durante a ditadura, na década de 1970, continua se operando até hoje. A última universidade (UNESPAR) foi criada sob o governo Beto Richa (PSDB) ainda vigente.

Embora nas três primeiras (UEL, UEM e UEPG) o movimento docente tenha se engajado, na fase final da ditadura, na luta pela democratização, nunca se constituiu uma vanguarda classista nem muito menos revolucionária. Por isso, rapidamente as direções daqueles movimentos e das greves migraram para o PT e o parlamentarismo, abandonando toda mobilização desde finais da década de 1980.

Seguiu-se um longo período durante o qual as organizações sindicais foram ocupadas por burocratas formados na escola da CUT, já em vias de tornar-se um instrumento de colaboração de classes. Predominou nesse período o sindicato unificado de docentes e funcionários.

Este sindicalismo burocrático e de colaboração foi sacudido pelas greves de 2000 a 2002, dando lugar a uma retomada do movimento político nas universidades em resposta à ofensiva abertamente privatistas do governo Jaime Lerner (PFL). Houve uma greve de 45 dias no ano 2000 e outra de 6 meses entre setembro de 2001 e março de 2002 protagonizada por professores, funcionários e estudantes da UEL, UEM e UNIOESTE.

Contraditoriamente, ao menos na aparência, como resultados destas mobilizações ocorreu a divisão dos sindicatos unificados de funcionários e professores, por iniciativa do ANDES-SN que criou as Seções Sindicais onde não havia (UEM, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO) e os professores eram representados pelo sindicato unificado. A divisão foi acelerada pela ruptura do ANDES-SN com a CUT em 2005, evidenciando-se o conteúdo burocrático aparelhista da ruptura. Daí a explicação da ruptura, que o movimento de greve havia conseguido abafar, mas que em ausência da energia das massas em luta, voltou a colocar em primeiro plano os apetites eleitoreiros e aparelhistas do

centrismo (PSTU) e do reformismo (PSOL).

A consequência do divisionismo foi o enfraquecimento da unidade alcançada durante as greves. Aquela unidade havia sido uma imposição das assembleias que obrigaram os sindicatos a levantar um Comando Estadual de Greve e depois a refundar o Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público no Paraná, instância política de organização da qual participavam as representações de professores, funcionários e estudantes.

De 2005 em diante o movimento docente enfraquecido e dividido ensaiou empiricamente convocar algumas mobilizações e greves. Contudo estas se limitaram a questões corporativas pontuais e fragmentadas. Não se unificaram todas as universidades nem se unificaram com os funcionários, muito menos com os estudantes. Para piorar, durante todo o mandato de Requião (PMDB) 2003-2010, predominou uma postura de colaboração com o governo na ilusão de conseguir algumas migalhas. Concomitantemente, aprofundou-se a divisão entre sindicatos mistos (de professores e funcionários) e seções sindicais do ANDES-SN, liquidando-se o Comitê Estadual.

Todas as tentativas de unificação se chocaram na recusa das seções sindicais se articularem com os sindicatos mistos (que tem docentes na sua base) e destes com as AD's. Mas há também uma resistência das seções sindicais do ANDES em processar a unificação dos sindicatos exclusivamente docentes, se não for sob a batuta deles

O empirismo burocrático das AD's faz com que atuem reativamente quando provocadas pelas suas bases e se extraviem muitas vezes assumindo como suas reivindicações que, além de não representar o conjunto dos professores, representam demandas da burocracia universitária em conflito ocasional com o governo – problemas de custeio da máquina, contratações e substituições, etc. E ignoram os ataques privatistas do Estado e da burguesia ao ensino público e gratuito, as restrições crescentes à autonomia das universidades, degradação das condições de trabalho e autoritarismo crescente contra estudantes e professores.

Este é o quadro de divisão e crise de direção que o movimento docente enfrenta no Paraná. Sua superação depende da retomada de um poderoso movimento de massas que obrigue à direções a se unificarem sob pena de serem substituídas. Por seu turno, este movimento exige que se formule desde já um programa sob o qual o movimento docente supere o corporativismo e as ilusões democráticas tão arraigadas num ambiente tipicamente pequeno-burguês. Assim, os docentes das universidades estaduais poderão superar a crise de direção e a divisão.

UFRN e UERN: a tarefa é fortalecer a luta docente

Delegados da UERN voltaram do 33º Congresso do Andes-SN com a tarefa de organizar a mobilização em torno do plano de lutas para as Iees (ver pag.2) e realizar o Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos às IEES/IEEMES, previsto para o dia 28 de maio.

Na UFRN, os desafios do movimento docente são maiores, pois a ADURN está ligada ao PROIFES. Mesmo assim, foram enviados delegados de base que fazem oposição à direção do sindicato. Os delegados participaram da reunião de articulação das oposições das bases de entidades

do PROIFES e MDIA, para travar a luta contra as direções governistas. A Corrente Proletária na Educação (CPE) trabalha no movimento docente para fortalecer a luta nacional e nos estados em defesa das reivindicações mais sentidas combatendo o burocratismo e o governismo.

Lições das lutas contra a Ebserh

Desde seu surgimento, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) tem encontrado resistência e dificuldades para ser implementada. A expectativa do governo era de rapidamente se impor nos 47 Hospitais Universitários do país, até o momento conseguiu firmar contrato em 23. Restando 24 que não aderiram à empresa. Destacam-se as UFPR e UFCG, que recusaram esta adesão, tornando-se alvos de muita pressão tanto do governo federal como das burocracias universitárias. A UFRJ, com 8 HUs também tem sido exemplo de resistência à adesão. Para impor a privatização, as reitorias recorreram a golpes, adesões monocráticas, agressões a sindicalistas, prisão de estudantes e outras manobras autoritárias.

A Ebserh foi gestada pelos órgãos imperialistas, transformada em MP por Lula em 31/12/2010 e reeditada por Dilma em 2011. Sob o pretexto da solução aos contratos precários dos 26 mil trabalhadores terceirizados revela-se a entrega da gestão dos HUs a uma empresa pública de direito privado que precariza o contrato dos trabalhadores, prejudica a formação discente, deforma a pesquisa, entrega o patrimônio público, cria convênios e institui a dupla porta de entrada, em que quem pode pagar tem prioridade.

Podemos extrair alguns ensinamentos desta luta:

1. Burocracia é aliada dos governos

Os reitores, são os maiores aliados do governo federal na entrega dos HUs à iniciativa privada. Pisoteiam até mesmo o ordenamento jurídico burguês e os burocráticos Conselhos Universitários, ao recomendarem a adesão monocrática. Há forte ilusão de grande parte do movimento docente em reformar a burocracia com candidatos a reitor vindos do movimento sindical. Esta ilusão deve ceder lugar à luta pela destruição da burocracia universitária. Por ser uma minoria em defesa de privilégios de minoria, a burocracia universitária necessariamente é autoritária. Porém, se divide na disputa por verbas e privilégios. As disputas interburocráticas são o terreno das negociatas, acordos de cúpula e acomodação de interesses carreiristas. Os conselhos superiores não expressam de fato a comunidade universitária, mas sim as políticas governamentais, apenas em circunstâncias muito excepcionais se sujeitam à pressão das bases. A comunidade deve se expressar na Assembleia Geral Universitária, onde professores, estudantes e funcionários deliberam sobre os rumos da universidade por meio do voto universal.

2. A luta se projeta como defesa da autonomia e democracia universitárias

Ante os ataques da reitoria e governo, a luta contra a privatização dos HUs deve estar de mãos dadas com a defesa da real autonomia universitária, entendida como autogoverno da comunidade universitária. Por isso, é preciso que a vanguarda combativa do movimento docente abandone os privilégios corporativistas e defenda o fim do reitorado,

com a substituição pelo governo tripartite de estudantes, professores e funcionários, assentado na soberania da Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis. Só assim, a autonomia poderá ser exercitada e as políticas governamentais poderão ser barradas.

3. Priorizar a via jurídica leva à derrota

O judiciário é parte do Estado burguês. Suas leis refletem contradições e pressões da luta de classes, mas sua essência é a dominação de classe fundada na manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Há disputas em seu interior, como a Ação direta de inconstitucionalidade contra a Ebserh impetrada pela Procuradoria Geral da União e a atuação de alguns procuradores, mas isto não pode substituir a ação direta. Afinal, se há algo que possa beneficiar minimamente os explorados, o governo não cumpre e a contestação segue um ritmo lento e, geralmente, no final leva a derrotas. Por exemplo, a Adin contra as OSs tramita há 14 anos. Quando há alguma vitória, ela é ganha decisivamente nas ruas. Devemos confiar em nossas próprias forças, unificando a comunidade universitária com os demais explorados e oprimidos. Para isso, é fundamental adotarmos a via da ação direta, os métodos operários das greves, piquetes, marchas, ocupações, etc.

4. Unir efetivos e temporários em uma só luta

O movimento sindical abandona os trabalhadores terceirizados. O concurso público, que já serviu para impedir as indicações políticas, hoje é manobrado pelos governos como forma de fragmentar categorias, e justificar meritocraticamente o desemprego de uma parcela dos trabalhadores. Para unificar efetivos e terceirizados, devemos adotar a bandeira de efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos. Nenhuma demissão!

5. Política de privatização mais geral exige resposta programática

A educação é parte da sociedade capitalista em crise. A Ebserh é parte das medidas de mercantilização e desnacionalização da saúde e educação. A luta contra esta medida faz parte da oposição revolucionária ao Governo Dilma, que privatiza portos, aeroportos, rodovias, destrói a previdência pública, amplia o corte das áreas sociais para drenar cada vez mais recursos para os juros da dívida, entregues aos banqueiros. É parte da luta contra a privatização e precarização da educação, que se dá por meio do Prouni, Fies, Proies, Reuni, PNE, etc. **Por isso, devemos ter uma resposta programática de expropriação da rede privada de ensino e saúde, sem indenização, e constituição de um sistema único de saúde público, gratuito e sob controle operário e de educação público, gratuito, científico, sob o controle dos que estudam e trabalham.**